



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005137-72.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Impetrante: **Luis Ricardo Batista**
 Impetrado: **Diretora Técnica da 26ª Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran de São Carlos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado por **LUIS RICARDO BATISTA** contra ato da **Diretora da 26ª CIRETRAN De São Carlos**, no qual figura como ente público interessado o **Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN**. Sustenta o impetrante que, ao solicitar a renovação de sua Carteira Nacional de Habilitação categoria B, com exame de sanidade física e mental válido até 4 de maio de 2015, teve o seu pedido indeferido por gravame em seu prontuário para o qual solicitou defesa prévia administrativa que não foi apreciada, em descumprimento a liminar proferida pela 14ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo no Processo 1021999-42.2014.8.26.0053, que proibiu o Detran de aplicar penalidades sem o trânsito em julgado de processos administrativos. Argumenta que, mesmo diante de eventual insucesso, pode apresentar recurso junto a JARI e, em caso de indeferimento por esta Junta Administrativa, ainda poderá recorrer ao CETRAN. Argumenta que a ilegalidade consiste no bloqueio do pedido de renovação de sua habilitação sem o devido processo legal que lhe permita o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Com a inicial vieram os documentos às fls. 14-30.

Liminar concedida às fls. 31-32.

O ente público interessado, Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, requereu sua admissão como assistente litisconsorcial (fl. 40).

A autoridade coatora prestou informações às fls. 42-64, nas quais alega que: o impetrante somou, diversas vezes, 20 pontos no seu prontuário, tendo sido notificado no endereço nele constante; o bloqueio não ocorre de forma automática em cumprimento da referida liminar e, assim, notificou o impetrante em cada procedimento administrativo instaurado. Por fim, aduz ter cumprido a liminar.

O Ministério Público manifestou-se pela sua não intervenção no feito (fl. 68).

1005137-72.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Sustenta o impetrante que a ilegalidade consiste no bloqueio do seu prontuário mesmo existindo processo administrativo não concluído contra a aplicação da penalidade, conforme comprovam os documentos juntados aos autos.

De fato, há prova de recurso protocolado junto a JARI (fls. 17-24) contra a suspensão do direito de dirigir do impetrante. Contudo, não há informação do trânsito em julgado nas instâncias administrativas, porque da decisão da JARI ainda cabe recurso para o CETRAN, conforme prevê o artigo 14, inciso V, do Código de Trânsito Brasileiro:

Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito CETRAN e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal CONTRANDIFE: V- julgar os recursos interpostos contra decisões: a) das JARI.

No mais, tem-se que o artigo 265 do CTB estabelece:

As penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação serão aplicadas por decisão fundamentada da autoridade de trânsito competente, em processo administrativo, assegurado ao infrator amplo direito de defesa.

Certo é que o princípio da legalidade nada mais significa senão a completa submissão da Administração ao teor das leis. Logo, resulta claro que, enquanto não concluído o processo administrativo, não há ensejo para a medida tomada.

De lembrar, ainda, o teor do artigo 24 da Resolução 182 do CONTRAN que diz:

No curso do processo administrativo de que trata esta Resolução não incidirá nenhuma restrição no prontuário do infrator, inclusive para fins de mudança de categoria da CNH, renovação e transferência para outra unidade da Federação, até a notificação para a entrega da CNH de que trata o art. 19.

De observar-se, ainda, o que estabelece o artigo 6º da Resolução:

Esgotados todos os meios de defesa da infração na esfera administrativa, os pontos serão considerados para fins de instauração de processo administrativo para aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir.

Já o parágrafo segundo estabelece que:

*Se a infração cometida for objeto de recurso em tramitação na esfera administrativa ou de apreciação judicial, os pontos correspondentes ficarão **suspensos até o julgamento** e, sendo mantida a penalidade, os mesmos serão computados, observado o período de doze meses, considerada a data da infração.*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nota-se no presente caso que o impetrante interpôs recurso administrativo no prazo admitido em lei, de forma que não é possível aplicação de qualquer penalidade antes de concluídas as etapas do devido processo legal.

Nessa linha de raciocínio, confira-se o julgado:

Processo Administrativo Renovação de CNH - Pendência de julgamento de recurso administrativo Suspensão do direito de dirigir - Inadmissibilidade - Respeito ao contraditório e à ampla defesa - Resolução nº 182/05 do CONTRAN. Recurso impróprio. (Apelação nº 0006360-53.2010.8.26.0566, rel. ALVES BEVILACQUA, Dj 08.03.2012).

Patente, portanto, a ilegalidade e evidente o direito líquido e certo do impetrante, pois as restrições constantes da decisão noticiada, sujeitando-se a recurso, não podem constar do prontuário enquanto não ocorrer o trânsito em julgado administrativo.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, concedendo a segurança, para convalidar a liminar, e assim, determinar que não seja aplicada sanção administrativa ao impetrante até o término do procedimento administrativo 146/2015.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Comunique-se, por ofício, o teor desta decisão à autoridade tida como coatora.

Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina a regra específica da Lei nº 12.016/09, isto é, artigo 14, parágrafo 1º.

P. R. I.C

São Carlos, 26 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**